

Credor pede garantias e emperra negociações

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — Novos obstáculos nas discussões sobre o fim da moratória acabaram com o otimismo que predominava em Nova Iorque até a semana passada e estão testando tanto a paciência quanto os talentos da equipe de negociadores brasileiros e de representantes dos bancos. “O primeiro erro que as pessoas geralmente fazem nessas negociações é achar que sabem quando vai sair um acordo”, disse resignado o chefe da delegação de um banco europeu participante das conversas.

Segundo esse banqueiro, “o problema maior é o de confiança e de garantias”. Ele explica que “não podemos, em sã consciência, tomar a palavra de Fernando Bracher ou de seus subordinados como promessas brasileiras. Basta ler os jornais do seu país para ver quão inseguro está o presidente ou o ministro da Fazenda. Com toda justificação, precisamos de mais garantias”. Em certa medida, acrescentou ele, a insegurança revelada pelos banqueiros seria “resultado direto da atitude dúbia manifestada insistentemente pelas mais altas figuras do governo Sarney, inclusive do próprio presidente”.

— Não sei por que eles insistem tanto na afirmação de que o depósito a ser feito pelo Brasil numa conta em caução continuará a ser contado como reserva do Brasil. Eles repetem tanto isso que nós queremos deixar muito claro o mecanismo de transferência do controle desse dinheiro. Afinal, quando é que esses juros atrasados passarão a ser contados como nossos? — perguntou, com uma clara expressão de angústia, o banqueiro. Continuando, ele disse que “você sabem que os bancos também estão enfrentando enormes dificuldades atualmente. Não podemos recomendar a aprovação de um esquema sem que haja claras garantias de que receberemos o que nos é devido”.

Outros banqueiros esclareceram que as cifras diferentes esgrimidas por diversos participantes das negociações e citadas na imprensa brasileira são geralmente corretas, mas nem sempre colocadas no contexto exato. Assim, numa primeira fase o Brasil faria um depósito de aproximadamente 500 milhões, e os bancos entrariam com 900 milhões. Mas nas fases seguintes o Brasil também precisaria aumentar sua cota, cabendo aos credores fazer o mesmo. Não parece haver dificuldade para os credores juntarem sua parte, visto que apenas algumas dezenas deles subscreverão esse empréstimo. Em ocasiões anteriores, todos os credores tinham que participar de cada emprésti-

mo novo, o que alongava muito as negociações.

No caso desse depósito inicial numa conta em caução, a única dificuldade seria resultante da insistência brasileira em dar o mínimo possível. “Se o Brasil regateia no seu pagamento simbólico, nós também vamos regatear. Ninguém quer dar um tostão a mais do que o mínimo necessário”, esclareceu um banqueiro.

Tendo em vista que o montante que o governo brasileiro está disposto a depositar inicialmente é muito baixo, os bancos querem assumir poucos compromissos em relação às fases posteriores das negociações. “O Brasil quer dar pouco e exige que desde já aceitemos um reescalonamento plurianual dos vencimentos de quatro anos, aumento das linhas de curto prazo e até conversão da dívida. É claro que estamos resistindo. Só tem direito de exigir quem faz sua parte, e o Brasil não está fazendo”, afirmou outro banqueiro. Ele também esclareceu que, de qualquer forma, em fases posteriores das negociações, o Brasil precisará pagar mais e só então os bancos contribuirão com montantes maiores em novos empréstimos.

Vários negociadores disseram que desde que as negociações com o Brasil foram abertas em 25 de setembro passado, os bancos vêm atuando com unidade surpreendente. Essa unidade teria sido demonstrada numa reunião de presidentes de bancos só agora revelada, ocorrida dois dias depois da proposta brasileira ser apresentada, em Washington. “Todos os presentes deixaram clara sua falta de entusiasmo com a proposta e com a atitude brasileira”, afirmou uma fonte.

Diante de todas as dificuldades surgidas desde o fim de semana, membros da equipe brasileira começam a demonstrar seu desejo de que as autoridades do governo americano voltem à cena, pressionando os bancos a atuar mais rapidamente. Eles afirmam que o Brasil já concordou com os principais elementos da proposta americana para acabar com a moratória e que os bancos são responsáveis pela demora num acordo a respeito. Além de demorar nessa área, os bancos americanos vêm causando dificuldades novas na renovação de linhas de curto prazo. “Eles usam as mesmas táticas sempre que as conversas emperram, buscando concessões adicionais de nossa parte”, explica um funcionário brasileiro.

Não obstante, fontes tanto da equipe brasileira quanto do comitê de bancos manifestam esperanças de uma conclusão das discussões quanto à fórmula para a suspensão da moratória nos próximos dias. “Não fique surpreso se houver um anúncio na sexta-feira ou mesmo no fim de semana”, disse um negociador.